

A Questão do Tráfico de Escravos no Pensamento de Luís Antônio de Oliveira Mendes

Sérgio Luiz de Godoy*

Lupercio Antonio Pereira**

O presente artigo é resultado de uma pesquisa de iniciação científica realizada entre 2010 e 2011, sob orientação do Prof. Dr. Lupercio Antonio Pereira, cujo objetivo era analisar o *Discurso acadêmico* do luso-brasileiro Luís Antônio de Oliveira Mendes, apresentado à Real Academia de Ciências de Lisboa em 1793, sobre o tráfico de escravos da Costa da África para o Brasil. Seu texto tem como eixo principal a identificação das causas da mortandade dos escravos ao seu desembarque no Brasil. A partir da análise desse documento, busquei compreender como a questão do tráfico de escravos – já questionado por autores europeus desde o início do século XVIII – pôde ser compreendida por um membro de uma sociedade que encarava tal questão com naturalidade e dela muito dependia para sua própria existência. Realizei a pesquisa, portanto, com a intenção de contribuir para a história das idéias e das instituições.

Para tal, realizei uma série de procedimentos metodológicos. Num primeiro momento, fiz a contextualização da situação do debate sobre o tráfico de escravos na Europa, assim como dos novos rumos da produção intelectual daquele continente e, em específico, de Portugal por meio da bibliografia respectiva. Posteriormente, por meio de pesquisa documental e bibliográfica, tracei uma biografia do autor analisado e realizei uma discussão historiográfica sobre o documento em questão. A partir da análise do *Discurso acadêmico*, que foi feita com o auxílio da bibliografia sobre o autor e seus diversos textos, tentei responder a uma série de questões: quais são os métodos que legitimam seu estudo; até que ponto Oliveira Mendes sintonizava com as tendências ilustradas de seu século; se há ou não antiescravismo em sua abordagem sobre o tráfico de escravos e, caso haja, quais são suas motivações; se o texto do autor foi objeto de censura como a existência de duas versões distintas para o mesmo, publicadas no mesmo ano, sugere.

Por meio de tais questionamentos, obtive as seguintes conclusões: o empirismo é o método privilegiado pelo autor e legitima seu conhecimento; o autor apresenta uma série de tendências ilustradas verificadas na Europa como a participação em uma academia científica, a valorização da racionalização para solução de problemas e toda uma linguagem que condiz com tais tendências; há antiescravismo em sua abordagem na medida em que é proposto um projeto de lei cuja finalidade, entre outras, é evitar o tráfico de escravos; o sentimento antiescravista observado tem sua origem na recusa dos modos do tráfico de escravos, assim como em uma ideia de projeto civilizacional que deveria solucionar uma série de problemas no continente Africano; seu texto provavelmente foi objeto de censura, sendo alterado por meio de cortes sistemáticos e, em certo caso, a adição de uma nota, que apresentam uma coerência interna no sentido de suavizar o discurso do luso-brasileiro.

O presente trabalho, portanto, contribui para a compreensão da história das ideias na América portuguesa no sentido de demonstrar de que forma e com quais motivações o tráfico de escravos, pilar do universo colonial, começou a ser questionado dentro de sua própria sociedade.

Palavras-chave: América portuguesa; tráfico africano; escravidão; século XVIII; iluminismo; Luís Antônio de Oliveira Mendes.

A OBRA

Discurso academico ao programma: «Determinar em todos os seus symptomas as doenças agudas e chronicas, que mais frequentemente accommettem os pretos recém-chegados da Africa, examinando as causas da sua mortandade depois da sua chegada ao Brasil, etc.» é um trabalho apresentado por Luís Antonio de Oliveira Mendes, baiano formado em leis pela Universidade de Coimbra, no mês de maio de 1793, em sessão pública à Real Academia de Ciências de Lisboa.

A publicação do discurso, porém, data de 1812 e é encontrada no volume quarto das Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências, editada em Lisboa. Também, no ano seguinte, a obra foi publicada na Inglaterra pelo periódico *Investigador Português* (CAPELA, 1977). Utilizei três edições para o presente estudo, sendo que uma delas data de 1977 e foi editada no Porto pelas Publicações Escorpião, possuindo prefácio de José Capela e reforma ortográfica. As duas outras são publicações contemporâneas, que fazem parte das Memórias Econômicas supracitadas.

É importante observar que existem duas edições contemporâneas, ambas de 1812, distintas para o mesmo discurso: uma versão com sérios cortes que serviu de base para a publicação portuguesa de 1977 e outra que figurou em 1969 como um anexo à obra *As companhias pombalinas de navegação, comércio e tráfico de escravos da costa africana para o nordeste brasileiro*, de Antônio Carreira.

Inicialmente analisei a introdução ao texto feita pelo próprio autor, o que aqui exerce um papel também introdutório. A obra se inicia com o chamado “Discurso acadêmico ao programa”, espaço no qual é declarado o objetivo principal a ser perseguido pelo autor. Devido a sua importância fundamental para a compreensão da obra, citarei por completo o primeiro parágrafo do discurso:

Determinar com todos os seus sintomas as doenças agudas, e crônicas, que mais frequentemente acometem os Pretos recém-tirados da África: examinando as causas da sua mortandade depois da sua chegada ao Brasil: se talvez a mudança do clima, se a vida mais laboriosa, ou se alguns outros motivos concorrem para tanto estrago; e finalmente indicar os métodos mais apropriados para evitá-lo, prevenindo-o, e curando-o. *Tudo isto deduzido da experiência mais sizada, e fiel* (CAPELA, 1977, p. 21, grifo nosso).

Em poucas palavras, Oliveira Mendes busca determinar causas e indicar métodos por meio da experiência a partir do problema da mortandade dos escravos depois de sua chegada no Brasil. Interessa deixar esse trecho em evidência, pois aqui o autor deixa claro o método por ele utilizado, o qual é muito citado ao longo da obra. Em seguida, o autor tece um auto-elogio quando afirma que, entre todas as obras publicadas pela Real Academia até aquele momento, nenhuma obra é mais digna de louvor que a sua. Para Mendes, sua especificidade reside no fato de que a obra consulta a múltiplos interesses.

Do mesmo modo que o primeiro parágrafo é fundamental para a compreensão da obra, cabe em relação a esse tema outra citação:

[...] porque ao tempo, em que ela (a obra do autor) compadecida se manifesta *uma perfeita e verdadeira amiga desta porção mais desgraçada da espécie humana*, consultando em geral os interesses dos Pretos recém-tirados dos Reinos Africanos para o Brasil, na preservação das suas vidas; consulta em particular os dos seus senhores, que, por efeito de compra, de contínuo arriscam o seu valor, e importância, que com aqueles se sepulta: e em comum os do Estado, que sabe, e pesa, que eles são tanto mais preciosos, quanto necessários para a estabilidade, e promoção da Agricultura, e das diferentes manufacturas nos Domínios do Ultramar; de cujos transportes continuados, fazendo sucessivamente girar o Comércio, e pôr em actividade a Navegação, se percebem avultadíssimos Direitos (CAPELA, 1977, p. 22, grifo nosso).

É, então, de acordo com o autor, a capacidade de alcance da proposta, que conciliaria interesses aparentemente antagônicos, o grande feito de seu discurso. Verifica-se, de início, que seu projeto é ambicioso: a idealizada modificação da estrutura do tráfico abarca uma série de realidades distintas, mas convergentes, cujos agentes têm por certo a legitimidade de sua atividade e estão habituados a ela como tal, com todo seu cálculo econômico, sua dinâmica, enfim, sua ocorrência como um todo.

Depois da glorificação de sua criação, o autor apresenta brevemente a temática de cada uma das seis partes que compõe o seu estudo, insistindo na idéia de que suas reflexões derivam da mais “sizada e fiel experiência”, termos que aparecem da mesma forma nesse trecho como na primeira citação. De modo que os termos se repetem não só no discurso de apresentação, mas ao longo de todo o texto. Observa-se, já aqui, aquilo que é a origem da legitimidade metodológica da obra: o método empírico. Assim, o espírito que racionaliza para transformar constitui motivo de garbo para o autor luso-brasileiro.

A partir dessas duas citações, é possível inferir que enquanto o empirismo atua como legitimação metodológica, a idéia de “conciliação dos múltiplos interesses”, constitui legitimação ao mesmo tempo material e moral. Ela é material na medida em que é vantajosa economicamente para todas as partes envolvidas e moral na medida em que a concretização de suas propostas traria um alívio à “porção mais desgraçada da humanidade”, contribuindo o autor para o bem comum.

A fim de contextualização, apresento sinteticamente o conteúdo das seis partes que compõem o texto, que serão tratadas com mais atenção em seguida: pela ordem do discurso, paisagem natural e social africana, ritos sociais e meios de escravização, condições gerais do escravo do momento em que é aprisionado em terras africanas até o momento de sua venda no Brasil, doenças agudas que ordinariamente acometem os escravos, doenças crônicas que de ordem sofrem os escravos e, por fim, profilaxias cabíveis.

Entre a apresentação o quarto e o quinto capítulo, ainda na apresentação do discurso, o autor abre um espaço no qual demonstra duas de suas conclusões obtidas após a observação desses cinco itens. Cabe a citação:

Neste lugar a seu tempo pela demonstração dos factos deduzidos, e tirados da mais fiel experiência, me verei obrigado a tirar as duas necessárias conclusões: primeira; que os Pretos, que da África são transportados para o Brasil, escapando a tantos contratempos, inclemências, e infortúnios, podem ser chamados homens de pedra, ou de ferro. [...] Segunda; *que a causa de toda a sua grande mortandade, e estrago, além das outras causas que menos concorrem, é o modo, por que são tratados; e que faz nascer a maior parte das suas moléstias: as quais cada vez mais vão crescendo, e levam os Pretos à sepultura* (CAPELA, 1977, p. 23, grifo nosso).

Aqui o autor é claro: existe um problema – mortandade dos escravos – e uma causa – o modo pelo qual são tratados. Não existe, pois, nesse momento, uma discussão sobre a escravidão em sua essência. Discute-se uma circunstância: escravos morrem porque são maltratados. Ao longo da exposição de ideias do autor, por outro lado, é possível perceber seu posicionamento perante o contexto geral da escravidão, que resguarda certas características que não dependem de circunstâncias. Constitui-se, pois, uma dicotomia: *algo circunstancial e algo não-circunstancial*.

Esta é importante na medida em que demonstra as concepções do autor sobre dois temas que podem se confundir durante a leitura da obra, mas que são coisas distintas e assim aparecem para Oliveira Mendes: de um lado, a circunstancial mortandade de escravos e, de outro, tráfico de escravos e escravidão não-circunstanciais. Uma incompreensão nesta questão poderia comprometer a interpretação acerca do autor, colocando-o num espaço que não lhe cabe.

Esses são, pois, os principais componentes da memória, a partir das quais é possível inferir a intenção central por trás da obra: revisar por meio da razão aquilo que é visto como

um processo que ocorre de modo desordenado e que gera sérios prejuízos de várias ordens, o que aqui é representado pelo tráfico de escravos. O autor busca viabilizá-lo sob a égide racional e princípios morais, sendo a realidade objeto direto da transformação humana. No momento em que Oliveira Mendes escreve, fins do século XVIII, o homem já se enxergava com o direito de transformar a realidade consultando somente a si mesmo ou delegando a razão boa parte da direção da tomada de decisões. Ele escreve em uma sociedade que já havia estabelecido uma associação entre *poder e saber*. (CAVALCANTE, 1995, p. 60)

O Luso Brasileiro e a África: o Negro Antes e Depois da Escravidão

O primeiro terço do Discurso corresponde, entre outras, às ideias de Oliveira Mendes acerca do homem africano antes de entrar na “lastimosa situação” de escravo. Seleciono essa temática em especial uma vez que a análise da mesma é capaz de ilustrar uma interpretação do autor que justifica seus argumentos em relação às causas da mortandade durante a jornada até o Brasil e ainda depois disso. Nesse momento da obra, o autor considerou aspectos como condições de saúde, vestes, alimentação, relações familiares, tecnologia e grau de civilização, traçando no final um quadro conclusivo sobre o bem-estar do seu objeto de estudo. Assim, apesar de os negros viverem no “centro da barbárie”, praticarem a “poligamia dos povos incultos” e viverem em um ambiente natural hostil, ainda desfrutam de “perfeita saúde”, vivendo a “satisfação plena”, a “completude”.

De modo que, a partir dessa interpretação, o autor aproxima suas ideias a uma noção de “bom selvagem”, comum aos abolicionismos francês e inglês de seu século, e satisfação. Toma forma esta última idéia na medida em que, apesar do clima “ardentíssimo” e do uso de águas “péssimas”, “estagnadas”, gozam de “perfeita saúde”, sendo “proporcionalmente menos acometidos das grandes e cruéis enfermidades”. Por sua vez, o conceito de bom selvagem se aplica na medida em que, embora “inculto”, “no centro do gentilismo”, são “resolutos, dóceis, sizudos e de boa fé” e também fazem questão de partilhar o pouco alimento do qual dispõem. Em tudo a que se entregam, prossegue o autor, são “extremosos, e constantes”.

Ainda no segundo capítulo, o autor trata do aparato judicial, leis e direitos em relação à escravidão em terras africanas. Segundo Oliveira Mendes, nessas terras, a instituição servil configura-se como pena máxima. Ele também observa que são seis os modos pelos quais o homem perde a liberdade, sendo quatro lícitos e dois ilícitos. Esse trecho da obra é interessante uma vez que o autor coloca em prática seus conhecimentos jurídicos, estabelecendo comparações entre leis africanas e leis romanas, nas quais, para ele, as primeiras apresentam resquícios das segundas.

A partir da análise dos dois capítulos iniciais, portanto, é possível afirmar que o autor visualiza as condições de saúde, incluindo aí questões psicológicas, de forma positiva. Isso é verificável na medida em que ele afirma que o escravo, em seu habitat e de acordo com os seus costumes, “sempre estão a cachimbar, e cheios de prazer, porque então nada lhes falta; é onde fazem as suas cantinelas, e festins [...]”. Finaliza-se, assim, a interpretação de Oliveira Mendes sobre o africano antes de ser escravizado. Nos parágrafos seguintes do Discurso, a tônica de suas observações se inverte, não economizando o autor em palavras para denunciar toda a precariedade, crueldade, tirania e sadismo que circundam o escravo durante os primeiros momentos de sua caminhada na escravidão.

Quanto ao primeiro momento, uma vez perdida a liberdade, o escravo se torna sujeito aos “primeiros inimigos da humanidade”, também chamados pelo autor de “tiranos”. Após esse ataque inicial, o autor faz duas constatações. A primeira é que o homem escravizado perde a liberdade, que é tudo “de bom e aprazível” que antes possuía, tornando-se “da espécie humana o mais infeliz”. A segunda constatação demonstra o quão árdua é vista pelo autor a

situação daquele que é escravizado, chegando a fazê-lo comparar essa situação ao “extermínio de Adão lançado fora do Paraíso!”.

Também nessas primeiras linhas Oliveira Mendes introduz os movimentos do tráfico e seus personagens, que, no caso dos escravos, sofrem “mil inclemências”. Sobre as instalações em que permanecem os cativos, o trecho seguinte é explícito no sentido de o autor buscar difamar as condições vividas pelos escravos durante o tráfico por meio de uma dramatização que enfatiza uma ausência de infra-estrutura:

Esta jornada trabalhosa e cruel dura pelo espaço de 1 a 6,7 e 8 meses. Nela, não bebem água quando querem, só quando vencem a distância dos charcos e das lagoas. Acampam-se onde lhes destina o Funidor ou Sertanejo. A sua cama é o chão. O teto da casa o Céu; e o lençol com que se cobrem são as folhas das árvores, que nem chegam, nem cobrem a todos. A cacimba destila e chove sobre eles. O seu travesseiro é o tronco das árvores e os corpos dos outros. [...] os comboiados cansados e maltratados estão mais para dormir e morrer do que para resistir [...] (MENDES, 1812, p. 24).

A linha descritiva de Oliveira Mendes segue a mesma para os momentos seguintes da viagem do escravo. Assim, a situação nos portos, onde os escravos são colocados em pátios seguros para evitar a fuga dos mesmos, é precária. Os alimentos são de péssima qualidade, quando não nocivos, e o cativo come somente o suficiente para não morrer. De lá, os escravos embarcam em navios superlotados – apesar de haver regulamentos aprovados pela Coroa sobre esse tipo de situação – e também de péssima infra-estrutura, os quais carecem de sistemas que garantiriam uma boa circulação de ar, sem a qual os escravos ficam sujeitos a enfermidades. Pela situação do ar, que é doentio, nos navios, o autor chega a dizer que “falta tudo, muito mais que em terra”. Nessas condições, diz o autor, “depois de alguns dias de viagem, se entra a deitar a escravatura ao mar”.

O próximo espaço descrito é o vivenciado pelo escravo quando chega ao Brasil. Ao contrário do que poderia imaginar o escravo, diz Oliveira Mendes, ele não encontra um “dia de triunfo, de glória e de prazer (...)”. Ele não encontra, ao entrar “no Cristianismo, no centro e na unidade da Igreja”, senão mais desgraças. Na “terra da abundância, onde tudo é barato”, a carestia para o escravo é a mesma. Conduzido à casa comum de um senhor, o cativo é exposto para a venda e, à noite, repousa em um “grande armazém térreo, que fica por baixo da propriedade senhorial”. As enfermidades não desaparecem e “pela maior parte assim como vivem, morrem ao desamparo”.

É interessante observar que os parágrafos seguintes do texto, que fazem referência a situação da acessibilidade médica do escravo, foram em grande parte excluídos na versão reduzida. Esses são trechos em que Oliveira Mendes acusa médicos de “insensibilidade, para não chamar irreligião”, uma vez que alguns não atendem os escravos por estarem convencidos de que tal tipo de atendimento fosse desonroso. Tais sentimentos são “perversíssimos e desumanos” e se estendem também aos cirurgiões.

Problemas e Soluções

Nos capítulos seguintes, os temas adotados pelo autor são respectivamente doenças crônicas e doenças agudas que afetavam os escravos. Como o recorte desse trabalho é relacionado à questão do modo de pensar do autor em relação à escravidão e não sobre realidade africana em si e também função da própria insuficiência de espaço para tal discussão, não faço aqui a apresentação dessas doenças.

No capítulo sexto, o autor apresenta os meios necessários para o tratamento e cura das enfermidades que envolvem os escravos. Uma vez que a origem das doenças é geralmente creditada à *precariedade da infra-estrutura*, assim como às *constantes mudanças de ambiente* vivenciada pelo cativo e, principalmente, ao mau trato por ele recebido, as medidas propostas

por Oliveira Mendes tem em sua essência a idéia de melhoria dessa infra-estrutura e a mudança em relação ao tratamento do cativo no sentido de evitar os choques derivados dessa mudança de ambiente. Assim, ele propôs o tratamento com “brandura e agrado” desde cedo para combater o banzo, a presença de curadeiros “a todo custo”, a pausa durante as viagens de modo que um dia fosse de “marcha e outro de descanso”, o carregamento constante de água e alimentos – acomodados ao gosto do escravo – para combater a mudança de ambientes, o corte das fazendas levadas para a troca no intuito de fazer dela uma espécie de cobertor, o corte de “algum mato” para usá-los como cama, o uso dos próprios escravos para a caça de alimentos para todos e, nos portos, o uso de melhores alimentos com os escravos assim como o melhor preparo daqueles. Nos trechos seguintes, a tônica das propostas do autor não se altera, havendo propostas semelhantes em relação aos espaços dos navios – reorganização da estrutura para uma melhor circulação de ar – e dos lugares em que o escravo se encontraria no Brasil.

A *melhoria do trato em geral* – alimentos e vestes – e o *uso da medicina*, portanto, seriam capazes de combater com eficácia o problema da mortandade dos escravos. Outra proposta importante para o autor é a *diminuição do número de escravos negociados*: a melhor condição de saúde garantiria ao negociante um preço maior pelo escravo e compensaria seus gastos com o mesmo e a diminuição geral das vendas, podendo até ser maior sua lucratividade, como demonstra Oliveira Mendes a partir do exemplo de Raimundo Jalama, negociante de escravos conhecido pelo autor.

Segundo o autor, essa questão é mal compreendida pelos agentes do tráfico, que seguem o princípio de vender sempre o maior número de almas, crenes de que qualquer aumento de gastos geraria prejuízos para si. Esse comportamento dos negociantes gerou várias críticas por parte do luso-brasileiro, que faz dessa questão um de seus pontos-chave de seu trabalho. Isso ocorre apesar de resultados demonstrarem o contrário, enfatiza Oliveira Mendes, apontando que a “experiência como melhor mestra de tudo” desengana aos teimosos. A proposta de diminuição do número de escravos vendidos também se justifica a partir da informação, apresentada no *Discurso*, de que o índice de mortalidade durante o tráfico chega, em certo caso, a cinquenta por cento e deriva da precariedade vivida pelos escravos.

O Silêncio no *Discurso*

Como já mencionado, existem duas versões conhecidas da obra de Oliveira Mendes aqui analisada. Tal observação foi feita por Robert Slenes, que pesquisa a origem dessa incompatibilidade nas duas edições citadas. Infelizmente, tal origem ainda não é clara para aquele que estuda o *Discurso*. Podemos, no entanto, observar alguns *elementos comuns aos trechos excluídos* na versão reduzida e tentar compreender essa situação.

Tais trechos foram selecionados sistematicamente, uma vez que eles não formam, por exemplo, um capítulo que pudesse ter sido perdido por completo ao acaso, mas estão espalhados ao longo de todo o texto e por vezes se apresentam como um simples termo, uma frase ou vários parágrafos, seguidos ou não. A maior parte dos trechos excluídos se relaciona àqueles que se destacam ao longo do texto por seu caráter de ataque direto ao comportamento de agentes da escravidão. Assim, um grande número de trechos que trazem o termo *tiranía* e seus derivados para representar tais agentes em geral e suas ações foram omitidos.

Quando Oliveira Mendes trata da situação dos escravos nos portos, um parágrafo em que ele compara o trato por eles recebido como o de “simples animais, esquecidos de todo da natureza humana” foi integralmente excluído. Do mesmo modo ocorreu com os termos *miséria*, *opressão*, *indigência*, *crueldade*, *nossos semelhantes desgraçados* sobre os escravos e sua situação e com os termos *rudes ou ambiciosos*, *perseguidores da espécie humana* em relação aos capitães de navio. É importante, para exemplificar a quantidade de alterações em

relação ao texto completo, ficar claro que essas omissões são apenas parte delas e encontram-se em apenas um dos capítulos do *Discurso*.

Mais adiante, no capítulo em que o autor trata do escravo no Brasil, há a omissão de um parágrafo em que ele comenta os castigos utilizados pelos “tiranos (que) fazem divertimentos da crueldade” com os cativos. Entre esses, o autor afirma que viu torturas que fizeram “correr pelo chão o sangue dos meus semelhantes”, também “os ossos escarnados pelos açoites” executados por tiranos que passaram impunes.

Se há uma diferença essencial entre as duas versões do texto, ela é verificada em seus últimos parágrafos. Enquanto na versão reduzida as reflexões finais do autor englobam somente a questão da influência do mau trato para a morte dos escravos, resposta para o programa da academia, a versão estendida envolve, além da questão já citada, outra de cunho político: a sugestão de uma “lei municipal”. Esta teria como *regra geral a alforria* para o escravo que contasse dez anos de escravidão em sua “vida civil”. Sua finalidade seria evitar a hereditariedade da escravidão, encarada como injusta por Oliveira Mendes. O escravo compraria sua liberdade por meio de uma soma de rendas, obtidas ao longo da escravidão, que seriam entregue a seu respectivo senhor “como em um cofre”.

Também seria libertado, em função de um segundo capítulo da lei e derivando das Leis Pátrias, o escravo que comprovasse perante um magistrado que seu senhor o “tratava com tiranias, matando-o à fome, não lhe dando o preciso vestuário, não o curando nas enfermidades e procedendo indiscretamente, sem causa a açoites”. O terceiro capítulo da lei determina que voltaria à escravidão o liberto que não se apresentasse, depois de um ano meio, à um magistrado garantindo que estivesse assalariado. O valor arrecadado com a sua renda seria utilizado para libertar aqueles escravos que “nos testamentos foram deixados meio forros, a quem chamam *cortados*”. Com o emprego desses escravos, todos lucrariam, explica Oliveira Mendes:

[...] o preto servil vestia-se e curava-se à custa do seu ordenado e despedia-se de seu amo quando bem o não tratasse e não o sustentasse: o amo muito mais lucrava, porque primeiro não empatava o fundo e o capital do escravo e não corra o risco do fôlego. [...] Deste modo, viria a libertar-se o Brasil de mais de dez mil vadios e ociosos que servem de peso às famílias [...]. Estes são os lenocistas, os aliciadores das filhas famílias; são os roubadores para sustentar os vícios; são os matadores para sustentar o capricho e a presunção (MENDES, 1812, p. 80).

O quarto capítulo da lei determina que o escravo e escrava casados que tivessem quatro filhos seriam automaticamente alforriados, equivalendo os filhos o preço dos pais. A criação dos filhos, porém, seria feita pelos pais e a escravização dos filhos só ocorreria a partir dos dezoito anos. O quinto capítulo se relaciona à libertação da escrava que “provasse estar na mancebia com o senhor”, assim como dos filhos que se originaram nesse tipo de relação. Tal medida se justifica, segundo o autor, na medida em que ela evitaria o abuso de senhores que vendiam suas parceiras escravas para comprar outras com o mesmo intento. O sexto e último capítulo se refere à premiação do escravo forro que tivesse, entre “varões e fêmeas”, dez filhos. Tal premiação ocorreria por meio da entrega de um ex-escravo que não provasse estar assalariado no devido prazo àquele que, tendo tal número de filhos, agisse no sentido da “propagação dos pretos livres”.

Se colocado em prática, a lei viabilizaria, segundo o autor, a existência de vinte mil “homens pretos livres” que supririam a necessidade dos estabelecimentos e, ao mesmo tempo, representariam uma *resistência ao tráfico de escravos*. A premiação da propagação de negros livres, completa Mendes, faria com que “dentro de poucos anos” fosse extinta a dependência do transporte de escravos: eis o “trunfo eterno, e sempre plausível à humanidade, com desterro perpétuo da tirania”.

A aplicação da lei por si elaborada figura, portanto, para o autor como um meio eficaz para eliminar de uma vez por todas o problema da mortandade de escravos. Para isso,

entretanto, seria necessário tocar a o cerne do contexto: a vinda dos cativos. Ora, se não há a vinda destes, não há um problema de mortandade. Assim, o autor vai além de uma proposta que visa à transformação da situação geral dos escravos durante o tráfico, idealizando o fim do mesmo.

Outra supressão no texto é verificada no momento em que o autor trata da doença crônica do banzo. Nesse sentido, Oliveira Mendes apresenta o caso de uma escrava que, juntamente com sua filha pequena, em terras brasileiras, apresentava uma série de efeitos da doença como a recusa para comer e o desolamento, de modo que seus olhos “eram dois rios”. Com o passar do tempo e a persistência de sua situação, a escrava veio a falecer. O autor comenta que a filha dessa escrava chamaram *Lucrécia*, o que, de acordo com Robert Slenes como comentado por Oda (2007, p. 354), é uma menção à personificação feminina do amor e da constância no imaginário europeu da Antiguidade. Na versão reduzida, não existe a referência ao nome citado.

Supondo que a versão reduzida seja de origem posterior, enquanto a maioria das diferenças entre os textos possui caráter negativo – palavras ou trechos inteiros que simplesmente não estão presentes –, observa-se nessa versão a interessante inclusão de duas notas de rodapé que não figuram entre as outras da versão estendida. Uma delas, logo no início do texto, apenas afirma que a experiência médica da qual o autor trata é doméstica e não clínica. A outra, na penúltima página, no entanto, toca em um assunto de suma importância: considerações morais a respeito da escravidão. Cito-a na íntegra: “Assim como se omite o que neste Discurso poderia dizer-se de considerações morais: mas deve ler-se o P. Vieira nos Sermões 14º, 20º e 27º do Rosário”.

Ora, na versão estendida, não há sequer um momento em que o autor se preocupa em legitimar o tráfico de escravos sob uma perspectiva religiosa. Muito diferente disso, o autor clama aos Céus pelo fim do mesmo. Também se essa nota fosse presente na versão estendida, não haveria motivo aparente para sua supressão, uma vez que, considerada a importância do discurso do Padre Vieira enquanto elemento de sustentação do tráfico de escravos, tal nota tem seu sentido justamente no da *suavização do discurso* tal como observado na omissão de partes do texto.

Há mais para as suspeitas da verdadeira autoria dessa nota: a própria ideia de resgate de escravos é criticada por Oliveira Mendes na *Memória sobre os costumes*, o que se não denota uma mudança de opinião do autor em relação ao tráfico, traz à luz a possibilidade de não ter sido sua a autoria da nota citada. Não acredito na primeira possibilidade uma vez que, em 1806 – data de apresentação à Academia da obra supracitada –, portanto antes da publicação do *Discurso* e de uma possível adição de sua autoria ao texto, Oliveira Mendes deixa claro seu descontentamento com o tráfico. Para ele, o tráfico é necessário na medida em que promove a estabilidade e o progresso econômico do Império Português, mas não se justifica a partir de uma perspectiva religiosa e deve ser evitado.

Como o próprio Mendes comentou no final de sua obra, por isso pediu perdão à Academia e ao público que presenciou o discurso, ele transgrediu os limites de “escritor, confundindo estes ofícios com o de legislador”. Associada essa transgressão ao campo extremamente delicado em que legislou – a *alteração do estatuto da escravidão* –, não se torna tão misteriosa a edição de seu texto, ocorrida provavelmente em 1812. Enquanto o *Discurso* se restringe a uma apresentação em sessão pública à Academia, o número de pessoas influenciáveis por sua ideia é consideravelmente menor do que aquele após sua publicação, daí talvez a intenção em suavizar suas ideias como ocorreu por meio da supressão de longos trechos do texto: no total, a diferença de tamanho entre um texto e outro é de dezoito páginas.

Algo Circunstancial e Algo Não-Circunstancial

Diferentemente dos autores do abolicionismo, a proposta atendida por Oliveira Mendes não é fazer um ataque direto à escravidão por meio de uma demonstração sistemática de raciocínios que tornem ilegítima a instituição servil. Isso é evidente na medida em que, ao distanciar-se de um plano abstrato de discussão e atender a um programa proposto pela Real Academia, ele tenha de *buscar repostas para inconvenientes do Império Português* que acabam por delinear o recorte temático de seu estudo. Daí a postura metodológica desse estudo exigir a busca de seu posicionamento em relação à escravidão nos detalhes do *Discurso* e também com o auxílio de outras de suas obras e estudos sobre estas que possam elucidar sua compreensão acerca do tema.

Assim como não encontramos no texto analisado essa discussão sistemática sobre a ilegitimidade da escravidão, não o encontramos em outros textos contemporâneos que trataram do mesmo tema. Marquese (2004) explica a ausência de uma produção sistemática a respeito da escravidão – de cunho antiescravista ou não – a partir da heterogeneidade dos senhores de escravos no Brasil daquele momento, em contraposição a concentração servil no espaço e também na propriedade de poucos latifundiários nas Antilhas, que possibilitou tal produção literária. De modo que a dispersão da grande lavoura na América Portuguesa impediu uma homogeneidade que permitisse a produção de textos que tratassem da administração dos escravos. O autor também considera questões culturais que não favoreceram o surgimento de tal literatura como “limites estruturais à difusão de textos impressos (proibição de imprensas na colônia, censuras metropolitanas, ausência de um público leitor)” (MARQUESE, 2004, p. 185).

Assim, enquanto no caso antilhano pode ser observada uma resposta ao aumento das tensões em relação à escravidão em fins do século XVIII, no caso brasileiro, os textos sobre o tema figuram como uma “expressão ‘local’ do ideário sobre a administração de escravos surgida no espaço atlântico” (MARQUESE, 2004, p. 184) naquele momento cuja finalidade era buscar a recuperação da dinâmica da economia dessas mesmas colônias. O autor considera, no entanto, a existência de especificidades brasileiras como o fato de a autoria dos textos ser de intelectuais e funcionários ligados ao Estado, em contraposição a produção literária dos próprios senhores de escravos antilhanos.

A meu ver, entretanto, a distinção de natureza entre o texto de Oliveira Mendes e as obras abolicionistas do século XIX, assim como a ausência de um movimento antiescravista, não apagam no *Discurso* seus *tons antiescravistas*, presentes não somente nos momentos de ataque ao tráfico, mas naqueles que englobam o escravo desde o momento em que assim o é tornado. De modo que existe, por trás da análise racional de um problema, a expressão de concepções do autor sobre o tráfico de escravos acompanhada por fortes tons persuasivos no sentido de demonstrar os males do comércio de homens.

Assim como em muitos autores estudados por Gould (2003), o que torna a escravidão incômoda para Oliveira Mendes, para além de questões econômicas sobre produtividade ou questões filosóficas sobre a natureza humana, é a barbárie que a acompanha, seja no tráfico ou no campo de trabalho. Essa *violência se confunde com a própria natureza do tráfico*, uma vez que o autor faz questão de propor meios para o seu desaparecimento. De modo que, consciente de todo o mau trato envolvido no negócio de homens, Oliveira Mendes não se limita a sugerir modificações na infra-estrutura do tráfico, chegando a se envolver com o próprio estatuto da escravidão.

Considerada a situação a partir da qual o autor escreve, também não cabe qualquer espécie de cobrança de abolicionismo no sentido observado no século XIX: tal tipo de manifestação, como observado por Marquese, ocorreu em diferentes contextos, os quais se distanciam daquele do qual parte Oliveira Mendes. O posicionamento do autor em relação ao tráfico de escravos, no entanto, muito se aproxima daqueles que criaram projetos abolicionistas. Isso ocorre na medida em que sua compreensão acerca do tráfico de escravos

abarca uma série de características que sustentaram posteriormente a política abolicionista, o que foi observado por Capela.

De modo que, por meio da linguagem utilizada, evidencia-se certa convergência entre os representantes do antiescravismo inglês do século XVIII e o autor luso-brasileiro. Assim, alguns dos temas de Oliveira Mendes em relação à escravidão presentes no *Discurso* e na *Memória sobre os costumes* coincidem com os da literatura antiescravista britânica de meados do século XVIII analisada por Gould (2003). Tais temas são: a hipocrisia que envolve o ideal de resgate dos cativos – “promovendo e autorizando a tirana escravidão” – a partir do qual as nações enganam a si próprias “e não a todos”, o tráfico de escravos enquanto agente fomentador da guerra e da “hostilidade intestina”, o questionamento do caráter de civilizado de nações europeias assim consideradas e que promovem o tráfico, a injustiça que envolve a relação entre a Europa e a África, a crítica a avareza que move os comerciantes de escravos e, ao mesmo tempo, as qualidades de barbárie e de semelhante do africano. Infelizmente, não há menção no *Discurso* sobre possíveis contatos com a literatura antiescravista de seu momento, o que impossibilita aqui uma discussão sobre influências que contaram para sua produção intelectual.

Conclusões

Em se tratando da bibliografia sobre o texto estudado, esses elementos comuns ao *Discurso* e à literatura abolicionista foram ofuscados pelo caráter reformista do texto na interpretação de Capela. Sobre esta, não acredito que seja válida a menção feita pelo autor a uma postura preocupada com o reforço da escravidão. Assim, em minha análise, não observo uma identificação tão clara entre os interesses tradicionais da Coroa, como a manutenção do escravismo, e o interesse do autor do discurso. É importante mencionar que conta, para a interpretação de Capela, o fato de ele ter utilizado a versão reduzida do *Discurso*, na qual, como demonstrado, não se encontra o projeto de lei que sugere o desaparecimento gradativo do tráfico de escravos.

Acredito que o pensamento antiescravista de Oliveira Mendes se torna mais claro na medida em que vários trechos de sua obra tenham desaparecido naquela que é a impressão mais conhecida de seu texto. Estes são trechos que distanciam claramente o autor de uma proposta que visasse meramente o reforço da instituição escravista tal como sugere a interpretação de Capela. Sua manifestação antiescravista, no entanto, tem suas limitações, uma vez considerado o seu devido contexto: cumprir a tarefa de solucionar os obstáculos e promover o progresso do Império Português e sua presença entre um conjunto de autores, no qual ele também se inclui como visto em outros trabalhos, cuja preocupação é basicamente intervir em questões técnicas, das quais o homem é agente, mas não objeto.

Diferente de Capela, Zorek (2004, p. 28) conclui por enquadrar Oliveira Mendes em uma postura “intermediária”, pois Mendes “sabia que não era possível para a colônia brasileira abrir mão do trabalho escravo, mas, ao mesmo tempo, entendia como constrangedor o tratamento desumano a que os escravos eram submetidos”. Nesse sentido, concordo com o autor na medida em que, no *Discurso*, não há uma consideração da abolição da escravidão, existindo apenas a sugestão de meios que, segundo seu raciocínio, levariam ao desaparecimento do tráfico de escravos. De modo que o autor luso-brasileiro deixa evidente nos últimos momentos de sua obra a sua visualização da possibilidade de um Brasil livre da “escravidão dos pretos a todos odiosa”.

Como a diferença entre as duas edições sugere, seu texto foi objeto de censura, o que não surpreende se levado em conta o próprio histórico português em relação às restrições à circulação de ideias. Os próprios fundadores da Academia de Ciências de Lisboa foram

vítimas da censura estatal, “denunciados pelo Intendente Pina Manique como revolucionários” (LIMA, 2009, p. 48).

Outro estudo, o de Oda, por sua vez, credita a Oliveira Mendes um antiescravismo que é percebido a partir das diferenças, e enfatiza esse aspecto, entre as duas versões da obra e que passa a determinar a perspectiva pela qual o autor julgou as situações africanas como um todo. Assim, é interessante observar as diferentes interpretações sobre o autor partindo das edições das fontes utilizadas por cada um deles: os dois primeiros e Marquese se utilizaram da edição curta e não arriscaram atribuir a Oliveira Mendes uma posição antiescravista de fato, enquanto a última, de posse da versão estendida, chegou a fazê-lo.

Observo também uma questão de projeto civilizacional no pensamento de Oliveira Mendes que complementa suas ideias acerca da escravidão no sentido de demonstrar que sua relação com tal instituição vai além de um sentimento de compaixão: existe um projeto civilizacional que acompanha seus trabalhos. O que faz com que, na obra *Memória sobre os costumes*, o autor demonstre uma preocupação com a “incultura e impolidez” que, segundo ele, assolavam a África desde sua origem. Assim, os africanos “vivem em manifesto e comprovado atrasamento, submergidos em tudo que seja infelicidade e infortúnios, degradados até das primeiras idéias”. Com essa memória, o autor pretendeu trazer à luz os “bárbaros costumes” do povo do Daomé para “minorar a nossa inércia (...) a bem da humanidade, até que acordem uns deveres solícitos a bem da ilustração daqueles povos (...), para que sejam excitados nossos afetos”.

Oliveira Mendes também deve ser compreendido como um *representante da ilustração portuguesa*, carregando seus trabalhos muitos elementos de tal movimento. Entre estes, cito a valorização do empirismo enquanto o melhor método para a produção do conhecimento, o uso da racionalização para a transformação da realidade, a participação na Academia Real de Ciências de Lisboa. Também sua trajetória de intelectual demonstra seus vínculos com o movimento ilustrado: além de ter realizado estudos teóricos em diversas áreas do conhecimento, fez uso desses para o desenvolvimento de várias invenções.

Como apontado por Zorek (2004), evidencia-se no autor de um modo geral – além do texto sobre o tráfico de escravos –, além dos pontos citados, a valorização da moral familiar e a do trabalho. De modo que suas propostas de reformas em relação à escravidão, entre outras, têm seu sentido na finalidade de eliminar a vadiagem e comportamentos moralmente degradantes entre as famílias que contavam com escravos. Outra observação que pode ser feita é a de que Oliveira Mendes demonstrou, no *Discurso*, grande familiaridade com a África, apesar de lá nunca ter estado. Seu contato direto com pessoas que puderam conhecer o continente de perto e o contato com a própria escravidão no Brasil, no entanto, permitiram-lhe a produção de muitas páginas sobre o tema.

Sua obra, como afirmado por Costa e Silva (2002), constitui uma rara crítica ao tráfico de escravos em Portugal no momento em que ela foi escrita. Por trás de sua produção, de acordo com Capela (1977), há um inegável sentimento de *compaixão e humanidade* aos quais Zorek (2004) acrescenta um *projeto civilizacional*, que, afirmo, se torna ainda mais claro no pensamento do autor com outra de sua obra, a *Memória sobre os costumes*, e motiva o seu sentimento antiescravista. De modo que este deriva mais das concepções do autor acerca dos *modos do tráfico de escravo* do que de uma reflexão sobre a escravidão em si, tal como ocorreu com frequência na literatura antiescravista britânica do século XVIII, como constatado por Gould (2003). Nesse caso, portanto, é a ideia referente ao tratamento humano, tirânico e contra a humanidade, que motiva o sentimento antiescravista.

Referências Bibliográficas

CAPELA, José. Prefácio. In: MENDES, Luis Antonio de Oliveira. *Memória a respeito dos escravos e tráfico da escravatura entre a costa d'África e o Brazil*: apresentada à Real Academia de Ciências de Lisboa, 1793. Porto: Publicações Escorpião, 1977.

CAVALCANTE, Berenice. Os “letrados” da sociedade colonial: as academias e a cultura do Iluminismo no final do século XVIII. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 8, nº 1-2, p. 53-66, jan/dez 1995.

COSTA E SILVA, Alberto da. A “Memória histórica sobre os costumes particulares dos povos africanos, com relação privativa ao Reino da Guiné, e nele com respeito ao rei de Daomé”, de Luis Antonio de Oliveira Mendes. *Afro-Ásia*, v. 28, p. 253-294, 2002.

GOULD, Philip. *Barbaric traffic: commerce and antislavery in the eighteenth-century atlantic world*. Londres: Harvard University Press, 2003.

LIMA, Péricles Pedrosa. *Homens de ciência a serviço da coroa: os intelectuais do Brasil na Academia Real de Ciências de Lisboa: 1779/1822*. 2009. 251 f. (Mestrado em História dos Descobrimientos e da Expansão) - Universidade de Lisboa, Lisboa, 2009. Disponível em: <<http://repositorio.ul.pt/handle/10451/514>> Acesso em: 20 jun. 2011.

MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas (1660-1860)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MENDES, Luís Antônio de Oliveiras. Discurso acadêmico ao programa... In: *Memórias económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Tomo IV. Lisboa: Tipografia da Academia, 1812. Disponível em: <http://books.google.com/books?id=nJ4EAAAQAQAJ&dq=Memorias+economicas+da+Academia+real+das+ciencias+de+Lisboa+1812&source=gbs_navlinks_s> Acesso em: 12 fev. 2011.

_____. Discurso acadêmico ao programa... (versão alternativa) In: *Memórias económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Tomo IV. Lisboa: Tipografia da Academia, 1812. Disponível em: <http://books.google.com/books?id=311JAAAAYAAJ&dq=memorias+economicas+academia+real+lisboa+1812&source=gbs_navlinks_s> Acesso em: 3 mar . 2011.

ODA, Ana Maria Galdini Raimundo. O banzo e outros males: o páthos dos negros escravos na Memória de Oliveira Mendes. *Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.*, X, 2, 346-361, 2007.

ZOREK, Bruno de Macedo. *Oliveira Mendes: pensamento e trajetória de um intelectual luso-brasileiro no ambiente ilustrado português*. 2004. 204 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

* Acadêmico do 2º ano de História – UEM

** Orientador. Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História - UEM